



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL FRENTE A
CONTRARREFORMA EDUCACIONAL**

Maicow Lucas Santos Walhers¹
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira²

Resumo: A defesa da qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social enquanto dimensão da formação profissional tem se configurado como um dos desafios vivenciados pela categoria diante de uma conjuntura, onde presencia-se um reordenamento das políticas públicas, e em particular na política de educação, com a busca de intensificação da mercantilização do ensino e da necessidade de formação de quadros técnicos para responder as demandas do mercado de trabalho. A partir desse cenário, os princípios e prerrogativas preconizados pelas Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio configura-se como importante estratégia ético-política em defesa da qualidade da formação profissional na contemporaneidade.

Palavras-chave: Mercantilização do Ensino; Política educacional; Formação profissional; Projeto ético-político; Estágio supervisionado.

**THE INTERNSHIP SUPERVISED IN SOCIAL WORK AGAINST THE
EDUCATIONAL COUNTER-REFORMATION**

Abstract: The defense of the quality of supervised internship in Social Work as a dimension of professional training has been configured as one of the challenges experienced by the category in the face of a conjuncture, where a reordering of public policies, and in particular in education policy, is present. seeking to intensify the commodification of education and the need to train technical staff to meet the demands of the labor market. From this scenario, the principles and prerogatives advocated by the Curriculum Guidelines and the National Internship Policy is an important ethical-political strategy in defense of the quality of professional training in the contemporary world.

Keywords: Merchantization of teaching; Educational politics; Professional qualification; Ethical-political project; Supervised internship.

¹ Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Campus Franca. Mestre em Serviço Social pela UNESP/Franca. Especialista em Gestão de Organização Pública de Saúde (CEAD/UNIRIO). Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS) e Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Dimensão Socioeducativa no Trabalho Social (GEDUCAS). Assistente Social no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no município de Cássia (MG). E-mail: <maicow.assistentesocial@live.com>.

² Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP/Franca). Membro do GT – Grupo de Trabalho da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE/ABEPSS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). E-mail: <cirleneoliveira@terra.com.br>.

Introdução

Este trabalho é resultado de parte da pesquisa realizada no curso de mestrado do programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca, durante o ano de 2014/2016, em que procuramos compreender a construção da identidade profissional em Serviço Social e a contribuição do estágio supervisionado. Partimos da premissa que o estágio tem se configurado na contemporaneidade como uma dimensão da formação profissional que tem requisitado da categoria profissional uma maior aproximação através das reflexões, debates acadêmicos realizados pelos fóruns da categoria, eventos científicos e de mobilização dos seus órgãos representativos, destacando-se o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que tem contribuído para maior adensamento teórico relacionado a temática da formação profissional e suas dimensões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem.

O marco ético-político que orienta o projeto de formação profissional em Serviço Social e a defesa da centralidade do estágio supervisionado é orientado pela construção coletiva das Diretrizes Curriculares em 1996, que tem defendido a qualidade da formação profissional na direção do horizonte apontado pelo projeto ético-político profissional que tem no seu bojo uma orientação emancipatória na perspectiva de novos horizontes que apontam para uma sociabilidade para além dos marcos da sociedade capitalista.

Este direcionamento da formação profissional e do estágio supervisionado tem sua vinculação com a tradição marxista que embasa os fundamentos teórico-metodológicos, orienta a postura ético-política em defesa dos direitos sociais e de princípios emancipatórios, vinculado a um exercício profissional, que articula essas dimensões em torno do técnico-operativo para além de uma dimensão meramente tecnicista e operativa, mas que tem como objetivo a construção de um perfil de Assistente Social crítico e propositivo, capaz de adentrar na dinâmica do real, compreender sua lógica a partir do seu movimento histórico, suas tendências, desmistificando as aparências para apreender a essência do fenômeno social, que na sociedade capitalista, a realidade social se assenta na propriedade privada dos meios de produção e dos antagonismos de classes, intensificando as contradições e mazelas da exploração da força de trabalho e sua subjugação a lógica produtiva do capital e ao seu processo de acumulação.

Todo esse processo histórico é oriundo do movimento da categoria a partir de uma conjuntura sócio-política de intensas transformações sociais, vivenciadas a partir da década de 1960, que impulsionou segmentos da sociedade e da classe trabalhadora em direção à redemocratização do país frente à ditadura militar, que enquanto regime político, contribuiu para que o país se inserisse no processo de globalização do capital através do projeto desenvolvimentista da época.

É necessário analisar criticamente a atual conjuntura sócio-política do país, diante do estágio de reestruturação do modo de produção capitalista, cuja lógica se materializa a partir da financeirização do capital, que aliado ao ideário neoliberal que coloca o mercado como medida de todas as coisas tem contribuído para o desmonte do Estado e das políticas públicas, refletindo na vida social da população, apresentando novos desafios para a organização política da categoria e para a atuação profissional.

Essas mudanças tem refletido na formação profissional diante da contrarreforma das políticas sociais e, em especial, da política de educação, intensificando o processo de mercantilização da educação, onde verifica-se o crescimento do ensino privado e do ensino a distância em suas diferentes modalidades e, contraditoriamente, o sucateamento e os constantes cortes de recursos para o ensino superior público. Esta nova lógica tem refletido na educação brasileira em suas diversas dimensões: ensino, pesquisa e extensão, apresentando desafios para a efetivação dos princípios ético-legais elucidados pelas Diretrizes Curriculares e da Política Nacional de Estágio, que são embasadas no Código de Ética profissional que vincula-se ao projeto ético-político, marcando o compromisso da profissão com a luta de classe trabalhadora e com o seu projeto revolucionário.

Diante da conjuntura sócio-política do país, é fundamental analisarmos os avanços conquistados coletivamente pela categoria. E como este acúmulo contribui para o seu fortalecimento em direção da materialização do projeto ético-político, diante dos desafios apontados na contemporaneidade, onde se presencia a racionalização do trabalho para a esfera produtiva e tendo o capital financeiro como atual estágio de acumulação capitalista.

A partir dessas considerações, procuraremos apresentar alguns apontamentos sobre os rebatimentos das transformações societárias na política educacional e os dilemas colocados para a preservação da qualidade da formação profissional em Serviço Social e do estágio supervisionado.

1. A Legalidade da Formação Profissional enquanto Estratégia ético-política frente a Crise do Capital

Na década de 1980, o Serviço Social passou por um processo histórico denso e contraditório, que o impulsionou a construção de novas bases sócio-políticas que fundamenta a práxis profissional. Este processo de renovação da profissão está orientado por um referencial teórico crítico que tem sua centralidade na categoria trabalho enquanto atividade ontológica do homem e que apresenta uma crítica radical a forma que o trabalho se configura na sociabilidade burguesa e ao modo de produção capitalista. Este movimento da categoria propiciou o rompimento da profissão com o Serviço Social tradicional e sua vinculação com os interesses da classe dominante.

Este processo contribuiu para a construção de um novo estatuto para a profissão e a busca incessante dos profissionais pela construção de referenciais que elucidassem os antagonismos das classes sociais e suas contradições, apontando caminhos e possibilidades para um exercício profissional crítico e propositivo, aliado a uma matriz teórica, que carregada de historicidade, permitisse romper com as práticas reiterativas da profissão e descoladas da realidade social.

Assim a ruptura com a prática fetichizada pela categoria profissional e a construção do projeto ético-político, que consubstancia o compromisso da profissão com a classe trabalhadora, vem afirmar valores e princípios ético-políticos emancipatórios firmados através do Código de Ética profissional de 1993, onde é corroborado:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

[...]

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. (BRASIL, 2012, p. 42-43).

O Serviço Social diante do compromisso ético-político assumido historicamente com a classe trabalhadora, tem buscado criar estratégias de defesa da formação e do exercício profissional de qualidade, crítico, propositivo e criativo. Alicerçado nos princípios éticos que materializa o projeto ético-político do Serviço Social. A defesa da formação profissional de qualidade, alicerçada nos Princípios e nas

Diretrizes da Formação Profissional, entre eles destacam-se: “2.2 Diretrizes Curriculares [...] 1. Apreciação crítica do processo histórico como totalidade.” (ABEPSS, 2007, p. 73).

A formação profissional configura-se como tema atual nos debates e meio acadêmicos da profissão. Diante do compromisso da categoria com a luta social da classe trabalhadora. E da dinâmica da realidade social em sua complexidade histórico-social e cultural, procurando desmistificar os mecanismos de dominação político-ideológicos que ocultam as contradições da sociedade capitalista e contribuem para a sua reprodução social.

Este olhar atento e acurado para a realidade social, procurando propor respostas de intervenção profissional críticas e criativas está alicerçado no princípio da formação profissional de qualidade em Serviço Social, onde marca o:

2.1 Princípios [...] 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social. (ABEPSS, 2007, p. 72).

A partir do compromisso ético-político com a classe trabalhadora e alicerçado no pensamento social crítico de Marx, torna-se necessário a construção de um perfil para a formação profissional coerente com os princípios ético-políticos da profissão. As Diretrizes Curriculares marcam um novo paradigma no Serviço Social, alicerçado no compromisso com a qualidade da formação profissional e na defesa dos princípios ético-políticos.

Preconiza-se uma formação generalista, crítica e propositiva, em consonância com um perfil de profissional capaz de compreender a realidade social para além de sua imediatividade e, a partir daí, criar respostas críticas e de fortalecimento da classe trabalhadora. A categoria profissional vem em direção de uma formação profissional com competência teórico-metodológica, com habilidades técnico-operativas para intervir na realidade social e alicerçado no compromisso ético-político com a classe trabalhadora. “A competência profissional está alicerçada, portanto, em projetos de transformação social cujos princípios estão vinculados à liberdade, à equidade e à democracia.” (LEWGOY, 2009, p. 45).

Entre os pressupostos da formação profissional, as Diretrizes Curriculares colocam a compreensão do Serviço Social enquanto particularidade nas relações de produção e reprodução social como uma profissão interventiva no âmbito da questão

social, sendo expressão das contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

A forma como está organizada a lógica curricular permite uma maior flexibilidade dos conteúdos e uma maior articulação entre as dimensões do processo de formação profissional, apreendendo a profissão na sua particularidade histórica e contribuindo para a efetivação da relação entre teoria e realidade no processo formativo.

As Diretrizes Curriculares caracterizam como uma importante estratégia na defesa da formação profissional diante da reforma universitária colocada em curso na sociedade brasileira e a proliferação irracional do ensino à distância. Vasconcelos (2007, p. 67) afirma a importância das diretrizes curriculares como estratégia de enfrentamento ao processo de fragilização e precarização do ensino superior:

Preconizando uma formação crítica e comprometida com os valores e princípios expressos no projeto ético-político do Serviço Social, o projeto de formação profissional dos(as) assistentes sociais se confronta com esse modelo de educação superior que fortalece a privatização e a mercantilização da educação, respalda as formações aligeiradas, prioriza a quantidade em detrimento da qualidade e implementa processos avaliativos disseminadores da competitividade entre instituições, cursos e profissionais (VASCONCELOS, 2007, p. 67).

O estágio supervisionado adquire um novo patamar com as Diretrizes Curriculares, sendo considerado um dos lócus privilegiado de construção da identidade profissional em Serviço Social e espaço de mediação e efetivação da práxis profissional, diante do caráter interventivo e investigativo da profissão.

A partir da concepção definida pelas diretrizes curriculares aprovadas nos fóruns da ABEPSS, a temática do estágio supervisionado na formação profissional deve constituir-se em aprofundamento permanente e constitutivo da formação profissional, e de competência das unidades de ensino no processo formativo.

Nessa direção o tratamento dado ao estágio deve ser pauta constante dos fóruns da ABEPSS, no sentido de antecipar-se de forma articulada e organizada, na defesa do projeto ético-político da profissão, do ensino da formação de qualidade; pressupostos das diretrizes [...]. (ABRAMIDES, 2004, p. 16).

Destacamos a importância dos princípios elucidados pelas Diretrizes Curriculares, principalmente a indissociabilidade entre o estágio e a supervisão acadêmica e profissional, contribuindo para a articulação entre a dimensão teórico e a prática numa unidade dialética, onde o conhecimento apreendido na formação profissional contribua para a compreensão crítica da realidade social. É necessário,

apreender o estágio enquanto espaço de mediação da práxis profissional, para que não ocorra de suplantar a teoria à realidade social, ou que o estagiário caia nas armadilhas do praticismo que empobrece a intervenção profissional, desarticulando-a do compromisso ético-político e da intencionalidade da profissão e de sua direção social.

O estágio deve ser o espaço de mediação entre o singular e o universal, através das particularidades sociais, procurando apreender a realidade social em seu movimento, na busca da totalidade social através das múltiplas determinações que compõe a lógica da sociedade capitalista e que constituem os processos sociais. Segundo Pontes (2010, p. 81), a totalidade social:

[...] é essencialmente processual, dinâmica, cujos complexos, em interação mútua possuem um imaneente movimento. No limite, esse movimento produz uma dada legalidade social, historicamente determinada e determinante. Atua na particularização das relações entre os vários complexos do ser social (PONTES, 2010, p. 81).

É a partir das Diretrizes Curriculares que o estágio toma uma nova dimensão na formação profissional, ao ser considerado com um dos momentos centrais para a efetivação da relação entre teoria e prática, a partir da inserção do estágio supervisionado em Serviço Social, devendo estar articulada com os outros componentes curriculares.

A Política Nacional de Estágio (PNE), aprovada em 2010, produto da articulação coletiva da profissão, tendo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, protagonista desse processo, surge de um debate profícuo em defesa da formação e do estágio supervisionado de qualidade, diante de um contexto histórico marcado pela mercantilização do ensino superior, a crescente expansão das modalidades de ensino à distância e contraditoriamente, o sucateamento do ensino superior público. Cenário político relacionado com os desafios apresentados para a efetivação do estágio supervisionado de qualidade:

[...] ampliação do EaD e suas implicações na qualidade da formação profissional do assistente social, notadamente, na realização do estágio supervisionado curricular obrigatório, processo no qual temos constatado descumprimento ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com destaque para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo e problemas relacionados a carga horária prevista para essa atividade. De outro, a aprovação da lei 11.788, de 25/09/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências; considere-se também, e especialmente, a resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. (ABEPSS, 2010, p. 3)

Procurando criar respostas frente a esta conjuntura, a PNE propões diretrizes para a realização do estágio supervisionado para as UFA's, definindo parâmetros para sua realização e de princípios e de atribuições para os sujeitos envolvidos no processo de supervisão. Consideramos como um importante avanço, ao contribuir para maior clareza das atribuições e competências dos supervisores de campo, acadêmicos e estagiários, provocando uma maior aproximação e relação entre esses sujeitos.

2. Mercantilização da Política Educacional Brasileira e os rebatimentos no Serviço Social

Aliado a atual lógica, presenciamos a reforma universitária que está inserida na reforma do Estado e da educação como um todo, diante de um processo de mercantilização do ensino, com o aumento expressivo do ensino privado, em suas diversas modalidades, em detrimento do ensino público. Ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, ocorre um sucateamento da universidade pública, com redução ou corte de gastos públicos, o aumento do incentivo a inserção do acesso ao ensino superior através do ensino privado e à distância.

Também observa-se que a lógica empresarial de produtividade, eficiência e eficácia, adentra de forma cada vez mais significativa o ensino, tanto privado, como público. Essa lógica é chamada por Chauí (2001) de universidade operacional, onde se contabiliza os resultados e os serviços oferecidos, em detrimento da qualidade da formação, da pesquisa e da extensão. Estas últimas cada vez mais voltadas para os interesses das grandes indústrias e da lógica do mercado, tem direcionado as pesquisas para as áreas de maiores interesses para o capital, que são mais produtivas, trazendo um retorno mais rápido e que possui um incentivo maior das agências de fomento.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. (CHAUÍ, 2003, p. 7).

Ainda a partir da reforma educacional, orientada pelos interesses dos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional –

FMI, presenciamos a intensificação do trabalho docente, com o aumento do número de orientados por professores, as exigências cada vez maiores do número de publicações, o aumento do número de realizações e participação em congressos, seminários e outros eventos científicos. “[...] o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc.” (CHAUÍ, 2003, p. 7).

Alterações substanciais na educação brasileira entram em curso no país a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) e nesta lógica orientada pelos interesses dos organismos multilaterais internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), que a partir dos interesses do capital, diante da necessidade de reestruturação produtiva, e no seu atual estágio de desenvolvimento, onde torna-se necessária a reprodução do capital, as esferas de serviços, principalmente as públicas, passam a ser mercantilizadas, tornando-se formas de garantir o processo de acumulação capitalista. Esta lógica se particulariza na atualidade, diante do crescimento da área de prestação de serviços e sua diversificação. Processo este, que está vinculado diretamente a intensa divisão social do trabalho.

Sob crescente socialização objetiva do trabalho, mesmo com a produção generalizada de mercadorias, uma divisão cada vez maior de trabalho só pode ser efetivada se as tendências à centralização predominarem sobre as tendências à atomização. No capitalismo, esse processo de centralização tem caráter duplo: é técnico e econômico. *Tecnicamente*, uma divisão crescente de trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das *funções intermediárias*; daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral. *Economicamente*, o processo de centralização só pode manifestar-se por meio de uma centralização crescente de capital, entre outras, sob a forma de uma integração vertical de grandes empresas, firmas multinacionais e conglomerados. (MANDEL, 1985, p. 269, grifo do autor).

Orientada a partir da reestruturação do modo de produção capitalista, através da expansão dos setores de serviços e a crescente capitalização dos serviços públicos, a reforma educacional, passa a ser norteada pelo ideário neoliberal, que tem influenciado a organização do ensino superior. Verifica-se um direcionamento cada vez mais claro e intenso em direção do sucateamento do ensino superior público, com corte de verbas, ao mesmo tempo em que aumenta o número de vagas, sem a contrapartida do fortalecimento da estrutura funcional e organizacional necessária.

Em relação ao trabalho docente, observa-se a intensificação do trabalho e das exigências em relação ao ensino, a pesquisa e a extensão, com o aumento do número de

orientado e de pesquisas, muitas vezes orientadas para o interesse do capital, direcionando para as áreas produtivas e de maior lucratividade. Também percebemos um maior incentivo em relação ao ensino privado, através de programas como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI), onde o fundo público passa a cofinanciar o acesso à educação.

O que se institui no plano político é um modelo de UFA associado à prestação de serviços, acentuando a competitividade entre as mesmas, bem como, instalando uma profunda precarização no sistema do ensino superior no Brasil. Presenciamos um rebatimento para a formação profissional, no qual, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), atendendo aos imperativos do capital, incentivou e incentiva a proliferação de aberturas de cursos no Brasil, que opera sob a modalidade presencial, semipresencial e à distância, confrontando, no caso do Serviço Social, com os princípios éticos de um novo projeto de formação profissional, construído pela categoria nos últimos tempos, legitimado como Projeto Ético-Político. (CAPUTI; OLIVEIRA, 2015, p. 92).

Conforme coloca as autoras, a proliferação dessas modalidades de ensino, vem em consonância com os interesses do capital, na oferta indiscriminada dos cursos nas modalidades presencial, semipresencial e à distância. Esta lógica está voltada para as necessidades do mercado, através da oferta de serviços educacionais, transformando a educação em mercadoria. Com isto, a dimensão política da formação profissional encontra-se ameaçada, diante de uma formação cada vez mais tecnicista e utilitarista.

A expansão do ensino à distância está atrelada a expansão do ensino superior no Brasil a partir da lógica empresarial, diante do aumento do setor de serviços e a mercantilização dos serviços considerados rendáveis para o capital. O ensino à distância, caracteriza-se de forma diversificada, apresentando diversas metodologias de ensino, formas de avaliação, de estruturação de currículos e estando presente desde a formação técnica até aos níveis de pós-graduação, especializações, mestrados profissionalizantes, mestrados acadêmicos, doutorados, e *Master in Business Administration* (MBA).

Através desses programas, observa-se a utilização da verba pública no setor privado. O Estado passa a atender de forma mais intensa os interesses privados, fomentando e contribuindo para o aumento da rede privada de ensino. Segundo Pereira (2013), na esfera pública, a reforma do ensino, se realiza através dos Programas de Reestruturação, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tal situação é agravada pela intensificação do trabalho docente e o aumento da competitividade, de docentes sem nenhuma melhoria das

condições de infraestrutura e de trabalho, bem como de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão, e apoio ao programa de assistência e permanência estudantil.

No Serviço Social, esta modalidade acabou sendo difundida diante da natureza da profissão, inserida na área de humanas, que não necessita de grandes aparatos técnico-científicos no seu processo de formação profissional. Por mais que a categoria, fosse contrária a esta modalidade de ensino, ela se expandiu com o aval do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Esta conjuntura tem feito o Serviço Social repensar sua formação profissional frente a estes desafios, além de refletir sobre as condições de trabalho do profissional, diante do aumento do número de profissionais formados nessa modalidade, acarretando uma saturação do mercado de trabalho.

A esses desafios, a Política Nacional de Estágio, as Diretrizes Curriculares e as demais normativas legais da profissão, configura-se como estratégia política da categoria na defesa da qualidade da formação profissional e do estágio supervisionado frente à precarização da política educacional brasileira, as exigências do mercado de trabalho, a mercantização e expansão do ensino à distância e outros desafios.

Tornou-se necessária a construção coletiva de uma normativa que orientasse a realização do estágio supervisionado em Serviço Social procurando superar desafios históricos da profissão como o distanciamento entre o campo de estágio e as Unidades de Formação Acadêmica (UFA's), a necessidade de parâmetros e de definições de atribuições para a realização da supervisão de campo e acadêmicas. Ao mesmo tempo que novos desafios que se apontam, frente a aprovação da Lei n. 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, a preservação da supervisão acadêmica nas modalidades de ensino à distância e da supervisão direta de estágio, o estágio obrigatório e o não-obrigatório entre outros.

Considerações Finais

Os avanços ético-políticos da profissão a partir da década de 1980 é resultante de um processo histórico de intensas transformações sociais, na qual a categoria se articulou coletivamente em defesa de princípios e valores emancipatórios embasados numa matriz teórica crítica, que ao questionar a lógica da sociedade capitalista e seu modo de produção e reprodução da vida social, contribuiu para a desmistificação dos antagonismos e contradições da sociabilidade burguesa.

Essa perspectiva teórica permite que o profissional questione criticamente a realidade social, procurando criar estratégias que estejam alicerçadas com os princípios e valores materializados no Código de Ética profissional atualmente vigente. Dessa forma, não é possível pensar uma formação em Serviço Social que esteja descolada da realidade social, dos seus processos históricos e da luta de classes.

A formação profissional e nela compreendida o estágio supervisionado em Serviço Social adquire um novo patamar no debate contemporâneo nos diferentes espaços em que a profissão se insere, muita das vezes, propiciado pelos desafios vivenciados no mundo do trabalho e a necessidade de construção de um profissional crítico e propositivo, alicerçado em uma vertente teórica crítica, que contribua para o desvelamento do real e a efetivação do compromisso com o projeto ético-político.

É através do referencial marxiano e marxista que podemos romper com práticas reiterativas, rotineiras, burocráticas e desvinculadas da realidade social. Este mesmo referencial contribuiu para que a profissão rompesse com o Serviço Social tradicional e construísse um projeto ético-político firmado no compromisso com a classe trabalhadora.

Nesta perspectiva, a formação profissional e nela o estágio supervisionado adquire um novo estatuto, procurando articular teoria e prática através da mediação de categorias que perpassa pela dinâmica da realidade social, contribuindo para apreendê-la numa perspectiva de totalidade, onde o universal e o singular se inter-relacionam e reconstroem o seu movimento.

Dessa forma, é necessária que a categoria apreenda criticamente estas normativas, procurem analisar seus embates na atual configuração da política educacional, onde presencia-se a mercantilização do ensino, seu aligeiramento e precarização, onde a máxima é a lógica do mercado, que exige uma formação tecnicista contrária a perspectiva da categoria profissional materializado nesses instrumentos.

A PNE tem caracterizado um avanço na compreensão do estágio supervisionado e na definição de diretrizes e atribuições de cada sujeito participe do processo de ensino-aprendizagem. Mas torna-se fundamental que a categoria traga para o debate a sua materialização na formação profissional; como tem se configurado enquanto estratégia ético-política e os desafios para sua efetivação.

Referências

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social – ABEPSS. In: CRESS 9ª REGIÃO (Org.). **Legislação brasileira para o serviço social**: coletânea de leis, decretos, e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social. 3. ed. rev., atual., até dez. 2007. São Paulo, 2007.

_____. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**: ABEPSS. Brasília (DF), 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maior2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 15 mar.18

ABRAMIDES, M. B. C. **O ensino do trabalho profissional**: o estágio na formação profissional. Palestra proferida pela Profª Maria Beatriz Costa Abramides – Vice Presidente da ABEPSS – Região Sul II – Gestão 2003-2004. Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://d.yimg.com/kq/groups/14216906/896963811/name/Palestra+Prof+Bia+Abramides+Est%C3%A1gio.doc>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília (DF), 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 mar. 2018

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. rev. e atual. Brasília (DF), 2012. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018

CAPUTI, L.; OLIVEIRA, C. A. H. S. Precarização da educação e os rebatimentos no serviço social. **Serviço Social & Saúde**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 91-104, jan./jun. 2015.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em serviço social**: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas.)

PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de. (Org.). **Serviço Social e educação**: Coletânea Nova de Serviço Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VASCONCELOS, I. R. Estágio não-obrigatório na formação profissional dos(as) assistentes sociais: trabalho preconizado ou processo didático-pedagógico? 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.